

Editorial – 200 anos de Marx Ou: o que foi feito de pensamento de Marx?

Ester Vaisman¹

Nas últimas décadas, temos assistido a esforços de grande envergadura voltados tanto à publicação quanto à divulgação dos escritos de Marx. De fato, os pesquisadores reunidos desde outubro de 1992, em Amsterdã, em torno da Mega 2 – não sem dificuldades de toda monta, mas livres da antiga tutela soviética e dos partidos – têm incentivado pesquisas, discussões e eventos com o objetivo de trazer a público o conjunto de escritos de Marx e Engels. Estimuladas com a nova perspectiva daí decorrente, editoras e revistas têm se dedicado, com maior ou menor sucesso, a publicar não apenas novas edições de obras conhecidas – com a devida e necessária revisão –, mas também a veicular o conteúdo de manuscritos, cartas, enfim, toda a sorte de material cujo acesso era até então impossível.

Ao mesmo tempo, constata-se a proliferação de grupos de pesquisa empenhados em estudar e analisar em seus vários níveis de abrangência os textos de Marx e Engels, cujos resultados aparecem publicados em monografias, dissertações e teses e em um sem número de artigos, que um simples mecanismo de busca é capaz de identificar.

Comemorações por toda parte marcam efemérides diretamente relacionadas a eventos cruciais do itinerário dos autores: a publicação do primeiro volume de *O capital* e os 200 anos de Marx, sem falar do centenário da Revolução Russa, cuja eclosão é debitada diretamente à herança do autor.

Aparentemente, estamos vivendo no melhor dos mundos: nunca se pesquisou, publicou e comemorou tanto a obra de Marx!

Se, contudo, não nos contentarmos com tais dados imediatos e se buscarmos avaliar a contribuição e o impacto de tais iniciativas não só para a apreensão efetiva do ideário dos autores em tela, mas, sobretudo, para o real entendimento de tudo que somos, do que nos cerca e das possibilidades de futuro (ausente), a dúvida, a cautela e a prudência são as melhores conselheiras.

Evidentemente, não se trata aqui de encetar uma avaliação acerca da produção teórica atual sobre Marx, mas sim de adotar postura cuidadosa e criteriosa em um terreno que já demonstrou, ao longo do século XX, ser altamente conturbado e movediço e em que se avolumaram –

¹ Professora titular (aposentada) da UFMG e co-editora de *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*.

como é sabido – eventos que contribuíram para a desnaturação de seu pensamento, para dizer o mínimo.

O que foi feito do pensamento de Marx?

Para responder a esta questão de modo devido, seria necessário saber de antemão tudo o que Marx efetivamente pensou e escreveu; ocorre, no entanto, que já é possível dispor de resultados suficientes para afirmar que questões centrais de sua obra foram clamorosamente ignoradas ao longo do século passado.

Se tal afirmação gerar entre os leitores certa dose de irritação, pedimos desculpas de antemão, mas mantemos a asserção, porque, convenhamos: irritante é a realidade ela mesma, e não simplesmente nossas palavras...

Estamos convencidos – e o itinerário de pesquisa criado por J. Chasin na UFMG há pouco mais de 30 anos é exemplar nessa direção – de que décadas são necessárias para esforços dessa natureza, ou seja, para recuperar devidamente o pensamento de Marx. Não afirmamos que fomos exitosos nessa empreitada: a modéstia criada e nutrida ao longo de mais de 40 anos de pesquisa e docência, em que obstáculos de diferentes aspectos – sobretudo a morte repentina de J. Chasin no final do ano de 1998 – se colocaram no caminho, impedem-nos de cair em postulações arrogantes ou autocomplacentes. Mesmo porque G. Lukács, o filósofo que buscou intensamente em sua obra de maturidade o “retorno a Marx”, se vivo, muito provavelmente não afirmaria que seu empenho atingiu a meta almejada. Isso não significa, no entanto, que tal empreitada seja absolutamente inviável, ou que o objetivo de identificar o que Marx efetivamente pensou e escreveu seja algo como um ideal regulador: meta posta no horizonte a orientar nossa conduta, mas sabidamente inatingível. Definitivamente, não é isso. Trata-se muito mais de reconhecer, de imediato, a dificuldade da tarefa, identificando o modo como a herança marxiana foi e tem sido recebida.

O destino da herança de Marx

Antes de tudo, é forçoso reconhecer que o pensamento de Marx conheceu um destino teórico trágico². Esta constatação perturbadora, necessário ponto de partida para qualquer empenho em se debruçar sobre a obra do autor, deve ser reconhecida como uma das múltiplas vicissitudes

² Reflexões dessa natureza foram desenvolvidas em parte já em nossa tese de doutorado, defendida em 1996 (FaE-UFMG), cujo título é *A determinação marxiana da ideologia*. Passados 22 anos, mantemos a avaliação realizada e ponderamos que nesse intervalo de tempo a situação só fez piorar, por motivos cujo sentido básico indicamos mais à frente.

contraditórias do século passado, mas que insiste em permanecer até nossos dias, embora com aspectos distintos, que merecerão comentários adiante.

O itinerário que marca e demarca tal destino nos leva a afirmar que quanto mais foi invocado tal pensamento, tanto menos era efetivamente conhecido. E o desconhecimento maior e mais comprometedor se deu precisamente no concernente ao seu universo filosófico, mas com amplas e graves repercussões para todas as áreas, tendo em vista o caráter decisivo daquele tipo de reflexão para a devida apreensão do tecido teórico da obra marxiana. Em realidade, são muito recentes os esforços de resgate nesse âmbito; de fato, só principiaram a ocorrer por efeito dos dilemas críticos em que vieram a desembocar e ruir os “herdeiros” práticos e teóricos que dominaram o século XX, mas que insistem, apesar da debacle, em dominar a cena nos dias que correm, apesar da sua caducidade comprovada teórica e praticamente.

Esforços até certo ponto recentes e, infelizmente, limitados que se sintetizam no propósito de *redescobrir Marx*. Trata-se de caminho trabalhoso e multifacético, nem sempre na “crista da onda”, mas o único apropriado, nas condições existentes, à apreensão do pensamento marxiano, submerso por décadas sob a aludida nuvem de desconhecimento e deformação que, obviamente, não beneficia a inteligência nem a existência global em nossos tempos.

Tempos estes em que as manifestações mais clamorosas são determinadas figurações da subjetividade – a razão manipuladora e a desrazão – cujo enraizamento objetivo se encontra “no prolongamento da utilidade histórica do capital” e de sua forma de sociabilidade, “sob cuja lógica e regência move-se o universo humano-societário contemporâneo” (CHASIN, 1989, p. 3), com as mais devastadoras consequências tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, que se vergam debaixo das piores renúncias.

Na atualidade, a interrogação de rigor – sobre a irredutível natureza social humana e a historicidade intrínseca à sociabilidade – constitui a plataforma geral que pode vir a dinamizar o clareamento do *ser* e *saber* da cotidianidade, como o entendimento e a prática da atividade científica. Nesse resgate da subjetividade ativa, racionalmente potencializada, o oponente a enfrentar são as mil faces de sua negação, que se reiteram impiedosamente em todos os espaços, tanto individuais quanto sociais, desde a renúncia cética até a impertinência da desrazão.

É evidente que não é o caso de tematizar aqui, em termos concretos e amplos, o conjunto dessa problemática, tão vital em nossa época, mas o de afirmar o destino trágico do pensamento marxiano e indicar brevemente suas razões e consequências, alertando para o que está em

causa. Em outras palavras, a denúncia acerca do destino do legado de Marx não é uma questão meramente acadêmica, como os desavisados ou mal-intencionados poderiam conjecturar, mas se trata de problema crucial a ser compreendido e superado, tendo em vista a sua íntima conexão com os desafios de nosso tempo, sejam eles práticos ou teóricos.

Colocando o argumento de outra maneira: está-se num determinado lugar e numa determinada época e tais condições alteram o modo pelo qual algo pode ser apreendido. A obra de Marx tem diante de si uma barragem, uma série de obstáculos de várias ordens e níveis de complexidade que deve ser enfrentada e superada para que se possa chegar àquilo que ele realmente pensou e escreveu. Marx morreu em 1883 e nesse intervalo de tempo até hoje ocorreram diversas situações, tanto no plano histórico concreto quanto no plano das ideias, todas no sentido de tornar mais penosa a compreensão e a assimilação do pensador alemão. Além disso, deve-se reconhecer que na atualidade tornou-se ato de coragem e ousadia sustentar a ideia de que Marx ainda é um pensador a ser redescoberto.

O itinerário trágico que marca e demarca a trajetória do pensamento de Marx – aqui meramente aludido, pois não se tem a pretensão, nesse espaço, de configurá-lo concretamente em suas marchas e contramarchas – tem início pouco depois de sua morte, pois

já se impunha e prevalecia a paródia da II Internacional; e dadas as condições e urgências políticas, em que se desenvolveu a tentativa de recuperação de sua obra pela social-democracia russa (...), esse resgate ficou sempre confinado a limites muito estreitos, (...) vindo a desaparecer por completo com a caricatura teórica da “era stalinista”, que se irradiou pelo mundo e pela qual, ainda hoje, salvo em restritos bolsões de especialistas, o ideário marxiano é em geral tomado e combatido (CHASIN, 1989, p. 28).

Fenômeno não muito diferente ocorre também com os assim denominados “inimigos sérios” de Marx, que sem nenhuma inibição e rigor preferem construir “o monstro por conta própria a lidar com sua legítima figura intelectual” (CHASIN, 1989, p. 29).

Como consequência, o valor intrínseco do pensamento de Marx – com raríssimas exceções: K. Korsch, A. Gramsci e Lukács, nos anos 20 do século passado, embora tenham passado a ser conhecidos como “clássicos da heresia” e cujos esforços não podem ser reconhecidos como resolutivos, dada, em parte, a alta complexidade do problema que defrontaram – ficou profundamente obscurecido.

Basta lembrar que Lukács só no decênio posterior influiu em direção às instaurações filosóficas de Marx, trilhando a partir de então e pelo resto da vida um itinerário de recuperação e desenvolvimento da herança marxiana, que culminou na

velhice, cujos resultados, todavia, não exerceram até agora a devida influência. (CHASIN, 1989, p. 29)³

O quadro histórico-teórico do marxismo se reduz, todavia, dado o seu largo predomínio, ao marxismo vulgar. Trata-se, sinteticamente, de um esquema indigente de fórmulas,

nascido da adversidade soviética para a transição socialista (...), *amálgama do voluntarismo político*, entoadado pela impotência revolucionária em face das transformações sociais não realizadas e da exacerbação racionalista do *cientificismo* da II Internacional, que assegura a mecanicidade da sucessão dos modos de produção. O primeiro sustenta e reitera a fidelidade ao objetivo não cumprido, o segundo, a validade da rota arbitrária, assumida como sucedâneo. Em suma, mera idealidade política para cobertura e reforço do exercício político real, substitutivo da revolução social impossível (CHASIN, 1989, p. 29).

Em resumidas linhas, tem-se, como uma espécie de maré montante, o avolumar-se de tendências de interpretação cuja culminância e cristalização, incluída aí a mediação da II Internacional, é um “marxismo” que, sinteticamente, reduz o pensamento de Marx a uma espécie de teoria econômica da infalibilidade do advento de inflexões históricas, das quais a atividade humana é considerada mero epifenômeno. Evidentemente, os impasses e irrealizações decorrentes da suposta transição socialista no Leste e em outras localidades intensificaram ainda mais a obliteração do quadro herdado, transformando, desse modo, o já combalido exercício teórico marxista em mera ideologia (no sentido pejorativo, é óbvio) de sustentação do poder de estado.

Após a debacle do Leste europeu, a resistência em aviar um balanço crítico a respeito do fracasso das transições intentadas, buscando explicar concretamente as razões do impedimento, dos escolhos e da tragédia que aí se verificaram, acabou por se tornar – independentemente das intenções – numa espécie de dilação desses efeitos nefastos no interior do quadro da encetada recuperação teórica de Marx, ao disseminar e reafirmar a prática do marxismo de baixa elaboração e suas versões aleatórias e disformes (CHASIN, 1999).

Desse modo, tendo se tornado reinante com o stalinismo, o marxismo vulgar não demonstra evidências de ter desaparecido nem mesmo com a extinção tanto da formação soviética e congêneres quanto dos partidos que as sustentavam, isto é, os partidos comunistas e suas variantes, pois continua a vicejar em grande medida também no plano

³ É bem verdade que nas últimas décadas publicações de e sobre Lukács se avolumaram notadamente no Brasil, mas uma avaliação preliminar sobre seu impacto indica – pelo menos até o momento – que seu pensamento padece de um destino semelhante àquele de Marx: vulgarização deformante, com raras exceções.

acadêmico (cf. CHASIN, 1999, pp. 26-32). Tal constatação leva-nos a questionar, pelo menos em parte, a tese que estabelece conexão direta entre marxismo vulgar e a dogmática dominante a partir dos anos 30 do século passado. Em verdade, parece que se trata de fenômeno muito mais complexo, mais amplo e de variada determinação. Portanto, pode-se aventar, diante disso, que “a sobrevivência, duração e reprodução do marxismo vulgar, e de suas práticas políticas correlatas, após as trágicas vicissitudes dos processos revolucionários neste século, indicam que essa questão é mais ampla e grave do que se tem admitido e considerado” (CHASIN, 1999, p. 27). A resistência em enfrentar o problema com a devida seriedade e rigor, em nome de supostas prioridades práticas, longe de propiciar alguma perspectiva real de transformação, acaba favorecendo a ocorrência de graves distorções teóricas que obnubilam e impedem a correta apreensão da realidade e de suas possibilidades e, por via de consequência, consolida a incapacidade – já secular – de iluminar o futuro, nutrindo derrotas com efeitos cada vez mais gravosos e devastadores⁴.

Seja como for, no que concerne aos esforços de renovação da letra marxiana, a partir de meados do século passado, é possível constatar, de um lado, o início de uma reação que mirava reverter o quadro desastroso em que se encontrava o pensamento de Marx, mas, de outro, é necessário frisar, foi “movida também por vetores teóricos *extramarxistas*, que moldaram sua fisionomia” (CHASIN, 1989, p. 29, o grifo é nosso). Trata-se da polêmica gnosiológica que busca fundamentar e estabelecer o estatuto científico do discurso marxiano, ou seja,

a movimentação epistemologista em torno da obra marxiana, cujo esgotamento é recente, mas cujo prolongamento atmosférico ainda se vive. Porém, a dada altura de seu curso, a sofisticação dessa inclinação reflexiva foi insuficiente para impedir a contradita de uma nova reação de caráter político que, à unilateralidade deformante do *epistemologismo*, pretendeu responder com a unilateralidade igualmente deformante do *politicismo* – identificação da reflexão marxiana como centrada e fundada na política (CHASIN, 1989, p. 29).

Em uma palavra, o destino trágico da herança do pensamento de Marx tem início com o emergir da II Internacional, conhece a total decadência com a vulgata stalinista e seus prolongamentos e se vê reforçado, não obstante evidentes e importantes diferenças, “pela

⁴ Ademais, tendo em vista os acontecimentos recentes, que avassalaram a realidade política brasileira, ceifando perspectivas e trazendo retrocessos incalculáveis, não há como negar “a indigência prático-espiritual da pseudoesquerda que estimula a insolência grotesca do marxismo vulgar que por sua vez retribui com seu discurso patético. Um círculo vicioso que seria cômico não fosse dramático, que só poderia ser quebrado, ao que parece, com a emergência de um agente social intencionado em subverter muito mais do que as simples mazelas da falsa esquerda” (CHASIN, 1999, p. 26).

especulação epistemologista e politicista, formas de descaracterização e perda da revolução teórica realizada por Marx” (CHASIN, 1989, p. 29).

O predomínio dessas duas ordens de interpretação implica, de fato, a constituição de “operações redutoras que perfilaram uma versão do marxismo [ou] circunscrito à condição de lógica ou método analítico e de ciência do capitalismo” (CHASIN, 1999, p. 11) ou como “simples ideação da prática política” (CHASIN, 1989, p. 30), nas quais

ficou irremediavelmente perdido o centro nervoso do pensamento marxiano – a problemática, real e idealmente inalienável, da emancipação humana ou do trabalho, na qual e somente pela qual a própria questão da prática radical ou crítico-revolucionária encontra seu tólos, identificando na universalidade da trama das atividades sociais seu território próprio e resolutivo, em distinção à finitude da política, meio circunscrito dos atos negativos nos processos reais de transformação (CHASIN, 1999, p. 11).

Assim, o que importa ressaltar aqui é que a porção mais sofisticada daquelas diferentes tendências que procuraram se aproximar do pensamento de Marx o fez trazendo para o interior da polêmica padrões e parâmetros estranhos e alheios ao estatuto e ao centro problemático da reflexão marxiana⁵. Em outras palavras, boa parte do esforço havido em relação à obra de Marx – pelo menos daqueles que pretenderam varrer o terreno dos entulhos teóricos despejados pelo marxismo vulgar – assumiu ou enfrentou o pensamento do autor a partir do padrão gnosiológico, sem se interrogar, no entanto, se ele era compatível com tal abordagem; supôs que o fosse com base na cientificidade contemporânea, então corrente. Nesse contexto, restou desconhecida a problemática do

ser e destino do homem, que abstrata e muitas vezes mesquinamente atravessa a história recente da filosofia, [e que] não é para Marx meramente aquilo que a pobreza de uso acabou por conferir ao termo humanismo; não é um glacê sobre o oco, mas a questão prático-teórica por excelência, o problema permanente e constante, que não desaparece nem pode ser suprimido (CHASIN, 1989, p. 30).

⁵ Ao que tudo indica, porém, a aproximação do pensamento de Marx por vetores teóricos extrínsecos à sua obra não ficou limitada à polêmica gnosiológica. O predomínio atual de vertentes filosóficas e teóricas tributárias de Nietzsche e Heidegger, muito em voga tanto no mundo da cultura quanto no universo acadêmico, têm demonstrado que certas concepções características de ambas as tendências têm sido absorvidas por trabalhos de pesquisa e artigos que buscam “atualizar” o marxismo. Sem falar, é óbvio, na influência de tais filósofos entre os adeptos da “esquerda não-marxista”. São necessárias pesquisas sobre tal fenômeno, na linha de reflexão de Lukács em seu livro *A destruição da razão*.

A obra de Marx

A obra de Marx está formulada no interior de uma longa tradição de vários séculos, podendo ser concebida como o resultado de um longo itinerário do pensamento ocidental – e, enquanto tal, sua contribuição específica se constitui como continuidade e descontinuidade simultâneas com determinadas vertentes, tratando-se de um diverso padrão de racionalidade regido por uma ontologia de caráter estatutário. Mas do que se trata? Com o intuito de responder em termos breves a esta questão⁶, pode-se dizer que não se trata, evidentemente, da ontologia tradicional, nem muito menos das tentativas de fundo fenomenológico muito conhecidas na contemporaneidade. Ademais, não consiste em uma teoria filosófica, isto é, um campo especializado da filosofia, que se caracterize e se resolva por andamentos autônomos e *a priori* da razão, na exata medida em que o pensamento de Marx é absolutamente avesso a qualquer procedimento especulativo, a qualquer tipo de espírito de sistema, como também incompatível com as querelas da fundamentação tão em voga entre estudiosos da filosofia.

Ontologia de caráter estatutário porque se constitui em uma

ordem do reconhecimento ou reprodução teórica da identidade, natureza e constituição das coisas em si (seres ou entes) por seus complexos categoriais mais gerais e decisivos, independentemente, em qualquer plano, de se tornarem objetos de prática ou reflexão. Nesse sentido, é a teoria do reconhecimento da objetividade histórico-imanente em suas distintas formas e apresentações (natureza e sociedade). É o momento mais abstrato do reconhecimento da identidade das coisas em si, enquanto tal um dos momentos distintos da unidade do saber, do qual participa um segundo, sob forma concreta, que é a ciência (VAISMAN; ALVES, 2009, p. 9).

Desse modo, ao contrário de certas noções muito familiares aos apreciadores da filosofia, é preciso sublinhar que não se trata de um movimento cognitivo de uma razão autossustentada, muito ao contrário! Mesmo porque a ontologia, por caráter, propósitos e até mesmo por sua definição clássica, tem por alvo o reconhecimento do *por-si* das coisas.

Em outras palavras, ontologia estatutária marxiana não é um sistema abstrato de verdades absolutas ao feitio tradicional, mas um estatuto teórico, cuja fisionomia é traçada por um feixe de lineamentos categoriais enquanto formas de existência do ser social.

Nesse sentido ainda, em função de interpretações distorcidas ou mesmo de mal-entendidos a respeito do tema, é necessário tecer algumas

⁶ Conferir os trabalhos do Grupo de Pesquisa Marxologia – Filosofia e Estudos Confluentes no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e também o livro de J. Chasin (2009).

considerações breves como forma de advertência ao leitor interessado no assunto. Ao contrário do que muitas vezes é ventilado,

em Marx não há uma ontologia do trabalho, ou seja, uma composição ontológica urdida, supostamente, a partir de um igualmente hipotético paradigma do trabalho, nem muito menos qualquer ontologia do trabalho restrita à sua positividade. Há, sim, o estatuto e os lineamentos de uma ontologia da sociabilidade ou do ser social, isto é, do ser autoconstituente, no qual o trabalho é uma categoria central ou fundante, uma vez que a individualidade humano-societária é atividade sensível, aí compreendidos seus característicos e inseparáveis momentos ideais, e enquanto tal irredutível ou incontornável em todas as entificações da mundanidade do homem: desde os complexos polimorfos do metabolismo social com a natureza até as atualizações mais evanescentes, levadas a efeito nos diferenciados escaninhos da espiritualidade, não importando os graus de contraditoriedade, nem os índices de negação, desefetivação ou destruição dos próprios indivíduos humanos com que todos esses processos mutantes são realizados, mas que, por isso mesmo, põem em evidência a dimensão negativa do trabalho sob as matrizes sociais do estranhamento, mérito e originalidade [da pesquisa encetada por Marx] (CHASIN, 1999, p. 12).

O fato, no entanto, de termos rejeitado peremptoriamente, pelo menos desde os anos 1980, que o pensamento de Marx tenha um caráter gnosisopistêmico, de termos repellido, em diversas ocasiões, com a veemência necessária – apoiando-nos para isso em textos do próprio autor –, a existência de um “método” *a priori*, ou seja, uma fórmula vazia previamente estabelecida, independentemente de seu grau de sofisticação, passível de ser aplicada a todas as situações como garantia de objetividade e exatidão, não resulta disso – é óbvio – a rejeição de um pensamento de rigor em Marx. Muito ao contrário! O fato de termos negado a existência de método, entendido como esquema formal, composto por etapas e passos a serem seguidos obrigatoriamente em qualquer situação ou tema pesquisado, não significa que tenhamos rejeitado qualquer procedimento na atenção aos fatos e coleta de dados. O exemplo de Marx na pesquisa e redação de sua obra de ciência evidencia o exato oposto⁷.

Quando afirmamos também que a atividade científica em Marx não se restringe às formas fenomênicas do real, que a sua busca do por-si das coisas não se atém às meras manchas empíricas, não significa de modo algum que Marx não tenha se dedicado à busca incessante de dados,

⁷ Ver, a esse respeito, o número especial de *Verinotio* em homenagem aos 150 anos de *O capital*, em especial os artigos de Vollgraf, Musto, Moseley e Leonardo de Deus. O número está disponível em: <<http://www.verinotio.org/sistema/index.php/revista/issue/view/28>>, acessado em 10 nov. 2018.

procurando com isso acercar-se sempre de sua fidedignidade e precisão; que não tenha se municiado dos mais variados tipos de fontes bibliográficas existentes em seu tempo, não apenas no sentido de rejeitá-las, mas também no de aprender com elas; não significa também, como atesta o sem-número de manuscritos deixados por ele, que não tenha escrito e reescrito seus textos incontáveis vezes, em condições de isolamento, penúria e enfermidade, com o intuito de encontrar a maneira mais adequada e precisa na demonstração de suas teses⁸.

Determinação social do pensamento: as possibilidades do conhecer

Buscaremos a seguir sinalizar o itinerário da crítica ontológica à economia política realizada por Marx, com o propósito de caracterizar apenas alguns aspectos do tratamento por ela conferido à relação entre os quadros da sociabilidade capitalista e os modos de configuração teórica que daí emergiram. Não se trata aqui, é claro, de tentar uma reconstituição do imenso roteiro marxiano que a esse respeito foi percorrido, mas apenas apontar de forma breve alguns momentos específicos e eloquentes em que a questão da determinação social do pensamento desponta na elucidação das teorias econômicas analisadas por Marx.

Ao final, pretendemos levantar algumas interrogações, dado o quadro em que se encontram as várias tentativas que emergiram ao longo do século passado e ainda hoje para a devida compreensão dos processos em que estamos submersos, de um modo ou de outro, e que se colocaram – ou pretenderam se colocar – no mesmo horizonte social que tornou possível o próprio pensamento de Marx.

Indubitavelmente, o material mais apropriado para esse tipo de exame é o que se encontra no enorme manuscrito de *As teorias do mais-valor*, sem deixar de lado outros textos da mesma rota. De todo modo, tendo em vista o espaço de que se dispõe aqui, o que vem a seguir se constitui em uma súmula.

Em *As teorias do mais-valor*, Marx demonstra grande empenho em determinar os primórdios, o desenvolvimento e a dissolução da ciência econômica burguesa, como também, ao evidenciar seus erros e acertos, busca sistematicamente explicá-los a partir das inflexões verificadas no interior dos processos constitutivos e reprodutivos do modo de produção capitalista. Assim, Marx analisa criticamente as formações ideais da ciência econômica avaliando os seus diferentes graus de aproximação da realidade, nunca deixando de apontar os pontos de vista sociais dos quais emergem.

⁸ Ver, a esse respeito, “A analítica das coisas” in: Chasin (2009, pp. 221- 53).

Inicialmente, é preciso frisar que, segundo a análise marxiana, as condições de possibilidade tanto dos primórdios quanto do desenvolvimento e dissolução da economia clássica, que redundou na emergência da economia vulgar, foram engendradas no interior de clivagens decisivas no plano histórico-social real. Ou seja,

as condições de possibilidade dos distintos momentos da configuração teórica são dadas pelas inflexões da sociabilidade, favorecendo ou desfavorecendo, pelo grau de desenvolvimento do objeto e pelas mutações de ótica correspondentes, a exercitação apropriada e clarificadora da cientificidade ou, às avessas, a [sua] parcialidade desfiguradora (CHASIN, 2009, p. 117).

Sendo assim, a objetividade ou a inobjetividade científicas não derivam simplesmente de maior ou menor capacitação tecno-metódica – embora, sem dúvida, principalmente dos dias de hoje, sejam absolutamente imprescindíveis – nem de autoproclamações bem-intencionadas e atitudes de comprazimento diante das mazelas sociais, mas são o resultado complexo e mediado de determinantes de origem sócio-histórica. Vale dizer, os discursos científicos, filosóficos etc., quaisquer que possam ser suas intenções ou seus desdobramentos, “são predicacões sociais, mediadas pelos sujeitos que integram a formação real sob clivagens de inserções efetivas e óticas de adoção igualmente societárias” (CHASIN, 2009, p. 117)

Consequentemente, a possível correção ou falsidade das formações ideais não são motivadas por mecanismos puramente ideais, inerentes à própria constituição da esfera subjetiva, mas derivam da potência e de limites do modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida, ou seja, as possibilidades e os limites à devida apreensão dos nexos constitutivos da realidade são postos socialmente.

Desse modo, a dimensão fundamental da determinação social do pensamento, ao contrário do que é genericamente suposto, diz respeito à sociabilidade como condição de possibilidade do pensamento. A consciência é reconhecida como consciência do ser social, como seu atributo, e só enquanto tal pode se realizar. Assim, a sociedade fornece a matéria, os meios e as próprias demandas para a exercitação do pensamento, pois, da situação mais elementar ou corriqueira à mais técnica ou sofisticada, é sempre como ser social que pensamos.

Em suma, a determinação social do pensamento em Marx não significa apenas restrição ou canga oposta ao pensar, como por muito tempo – e até hoje! – tem sido unilateralmente interpretada e desenvolvida. Do mesmo modo, não significa condicionamento unilateral de verdade ou falsidade; é, pois, ambivalente, especificando-se de acordo com óticas ou angulações sociais possíveis, dentro de limites históricos

sempre mutáveis e de acordo com os graus de maturação das entificações. A esse respeito, ainda, é preciso ter claro que em Marx

a plena entificação ou atualização do objeto é fundamental na relação cognitiva: a presença histórica de seu corpo maturado faculta, de seu polo, o conhecimento, ao passo que em graus imaturos atua como obstáculo ou provoca obnubilação (CHASIN, 2009, p. 119).

Na análise que Marx faz das teorias econômicas que o antecederam isso é fato, ou seja, encontramos em suas avaliações, sempre certeiras e mordazes, a determinação social do pensamento como algo ambivalente: a sociabilidade e as angulações sociais possíveis no plano subjetivo podem franquear ou impedir o acesso aos nexos constitutivos da realidade. A questão é: e hoje, em nossos dias, em nosso século? E se adotarmos o mesmo procedimento de Marx, mas dirigindo nossa atenção não apenas às teorizações manipulatórias de caráter burguês, dos arautos do capital, se voltarmos a nossa atenção para as possibilidades reais de entendimento do que se passa efetivamente em nossa quadra histórica, em que se acumularam derrotas e fracassos simultaneamente ao próprio prolongamento histórico do domínio do capital (em sua dupla face)? Sem desconsiderar as heroicas tentativas de apreensão do evoluir histórico no último século e meio, é necessário reconhecer que, em seu todo ou em partes, estiveram aquém dos desafios teóricos e práticos.

Hoje, dissipadas as ilusões e confusões que levaram inclusive à destituição da possibilidade de qualquer transformação radical, o desafio é duplo. De um lado, trata-se de reconhecer a derrota, de reconhecer que a revolução não está na linha do horizonte prático e entender o que de fato a levou ao fracasso, apontando as suas vicissitudes. Tal faceamento implica, de outro lado, quebrar as várias capas que se acumularam sobre o terreno efetivo, que é tanto palco da ação quanto fonte das possibilidades do saber. Mas a questão permanece: de que modo o prolongamento histórico do capital somado aos fracassos e derrotas colocaram obstáculos à constituição de um saber e fazer radicais? De que modo a angulação social que permitiu o advento da obra do próprio Marx se tornou mais estreita – ou, talvez, eventualmente tenha até desaparecido – a partir de todos esses eventos e, principalmente, a partir do fato de que, diante das transformações substanciais havidas, o agente social se transmutou e não se encontra em movimento?

Estamos imersos em um processo contraditório. Como ele repercute em nós?

Não pretendemos ser irritantes, também não queremos ser provocadores. A época é demasiadamente grave para se deleitar em ser irritante ou provocador. A questão que está em jogo envolve algo muito mais decisivo e fundamental. Diante disso, qualquer destino, pior ou

melhor, deste ou daquele partido, deste ou daquele grupo, desta ou daquela facção, é absolutamente insignificante.

Em suma, o século XX terminou melancolicamente sem perspectivas e o século XXI permanece na mesma toada. Entre outros fatos, tivemos a evidência empírica da implosão, em um processo doloroso, da tentativa de transformação do mundo iniciada no início do século XX, que pareceria ser a alvorada de emancipação e de redenção.

Hoje nós estamos em situação pior do que aquela das origens do movimento do trabalho. Pesa sobre nós a poeira e o entulho de uma cilada histórica de cujas consequências todos padecemos.

Referências bibliográficas

CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Ensaio*, São Paulo, Editora Ensaio, n. 17/18, pp. 1-121, 1989.

_____. Rota e prospectiva de um projeto marxista. *Ensaio Ad Hominem*, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. I, pp. 9-81, 1999.

_____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

VAISMAN, Ester; ALVES, Antonio J. L. “Apresentação”. In: CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Como citar:

VAISMAN, Ester. Editorial – 200 anos de Marx ou o que foi feito de pensamento de Marx? *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 2, pp. 5-17, nov. 2018.